

A QUALIDADE POLÍTICA DA TERRITORIALIDADE NOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS: uma proposta de pesquisa com os cotidianos

THE POLITICAL QUALITY OF TERRITORIALITY IN PASSENGER TRANSPORT SERVICES: a research proposal with everyday people

Joselito Manoel de Jesus¹

 ORCID IDS

Jesus JM - <https://orcid.org/0000-0002-6323-5101>

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo principal refletir sobre a territorialidade tendo como nuclear o conceito de qualidade política na perspectiva metodológica da pesquisa com os cotidianos. Se constitui em um ensaio porque não dispõe da presença em campo necessária para que os personagens conceituais possam ser co-criados na dinâmica dos cinco movimentos propostos por Andrade, Caldas e Alves (2019): o sentimento do mundo; ir sempre além do já sabido; criar novos personagens conceituais; narrar a vida e literaturizar a ciência e *ecce femina*. A abordagem do conceito de qualidade política pelo viés dos cinco movimentos acima nos ajuda a questionar alguns pressupostos que estão subjacentes ao conceito no contexto da produção da territorialidade em um caso específico de serviços de transportes na cidade de Jacobina, Bahia, no Piemonte da Diamantina. Entendemos que a pesquisa com os cotidianos, como abordagem metodológica e princípio epistemológico contribui relevantemente para a ampliação do conceito de qualidade política como ferramenta analítica para compreensão da territorialidade e de outros fenômenos, a partir dos poderes exercidos pelos agentes territoriais nas frestas do controle dominante, nos vãos da vigilância permanente entre os quais as forças se agrupam inesperadamente para exercer territorialidades necessárias. A qualidade política deste ensaio está em seu ponto de chegada, no sentido de, considerando sua contribuição para compreensão de uma realidade, ir além da lógica formal que está em sua tessitura textual que a proposta da pesquisa com os cotidianos em seus movimentos pode oferecer

Palavras-chave: Qualidade política. Pesquisa com os cotidianos. Territorialidade.

ABSTRACT

This essay has as main objective to reflect on territoriality having as a core the concept of political quality in the methodological perspective of research with everyday life. It constitutes an essay because it lacks the necessary empiricity so that conceptual characters can be co-created in the dynamics of the five movements proposed by Andrade, Caldas and Alves (2019): the feeling of the world; always go beyond what is already known; create new conceptual characters; narrate life and literaturize science and feminine *ecce*. The approach of the concept of political quality through the five movements above helps us to question some assumptions that underlie the concept in the context of the production of territoriality in a specific case of transport services in the city of Jacobina, Bahia, in Piemonte da

¹ Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Autor Correspondente: joselitojoze@gmail.com

Recebido em 31 de Janeiro de 2020; Aceito em 09 de Abril de 2020.

Diamantina. We understand that research with everyday life, as a methodological approach and epistemological principle, contributes significantly to the expansion of the concept of political quality as an analytical tool for understanding territoriality and other phenomena, based on the powers exercised by territorial agents in the dominant control cracks, in the gaps of permanent surveillance among which the forces unite unexpectedly to exercise the necessary territorialities. The political quality of this essay is at its point of arrival, in the sense that, considering its contribution to the understanding of a reality, it goes beyond the formal logic that is in its textual fabric that the research proposal with the quotidian in its movements can offer.

Keywords: Political quality. Research with everyday life. Territoriality.

O dia não amanhece em vão.

No vão do dia nós podemos ser sempre mais

No vão do dia a vida vadia

depois que o dia se vai

(Verso do/a autor/a do ensaio)

cial; seja também por moto taxistas, que vão penetrando nas frestas deixadas pelos outros prestadores do serviço de transporte, e, através dos passageiros selecionados pela necessidade – condição econômica, pois moto táxi é mais barato – ou pela idade – geralmente jovens que suportam os solavancos e os perigos de queda deste tipo de veículo.

INTRODUÇÃO

Na saída da cidade de Jacobina, Piemonte da Diamantina¹, Estado da Bahia, um território numa escala pequena identificamos a disputa territorial, e seus desdobramentos, entre aqueles que trabalham com serviços de transporte – taxistas, moto taxistas, motoristas de vans, motoristas e cobradores de transporte por ônibus da empresa que domina legalmente este serviço entre Jacobina e as cidades adjacentes, tais como: Senhor do Bonfim, Caém, Saúde, Campo Formoso, Irecê etc. –, criando e redefinindo lugares, estabelecendo fronteiras cambiantes numa tensão permanente entre eles, contornada por acordos tácitos e provisórios naquele território.

Utilizar um espaço é uma complexa operação territorial, seja via concessão legal, como é o caso de ônibus intermunicipais da **Empresa Falcão Real**; seja pela ocupação de um espaço ocioso em função das lacunas deixadas pela empresa citada, como é o caso das vans e micro-ônibus; seja pelos taxistas, que têm um ponto fixo que territorializaram via poder muni-

A necessidade de produção da existência por meio do trabalho e da cultura leva os seres humanos a se apropriarem do espaço, produzindo territorialidade, entendida por Coelho-Neto (2016, p.24) como “[...] os nexos que os coletivos organizados construíram entre si e com o espaço, permitindo-lhes uma apropriação e uma significação que lhes possibilita construir novas formas de reprodução social.” A qualidade política desse processo não depende do conceito em si, mas da qualidade política se fazendo no acontecimento no qual os agentes territoriais revelam sua potência na multiplicidade de estratégias, astúcias, ações discretas que despistam o olhar vigilante e fortalecem a luta pela apropriação e dominação do espaço geográfico, exigindo-nos uma postura epistemológica e metodológica atenta a esses movimentos nos próprios movimentos que elas articulam e desenvolvem.

A categoria “coletivos organizados” contradiz a categoria “agentes territoriais”, apresentada pelo próprio autor (COELHO-NETO, 2016) ao longo de sua argumentação. Nega, no processo da territorialidade, as ações dos coletivos não organizados, ou mesmo desorganizados e dos indivíduos. Segundo o próprio Coelho-Neto (2016, p.18):

Outro aspecto a ser destacado na concepção de Raffestin (1983 [1980], p.152) é a ampliação da compreensão dos agentes territoriais, ou seja, dos agentes que produzem os territórios, pois, “[...]”

1 O Território de Identidade do Piemonte da Diamantina compreende a faixa climática do semiárido, possui extensão total de 10,2 mil quilômetros quadrados, conforme dados do Censo 2010 (IBGE, 2010). É composto por 09 municípios (Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova), possui população total de 229.633 habitantes, sendo a população urbana 141.559 (equivalentes a 62% do total) e a população rural 88.074 (equivalentes a 38% do total). Os municípios com maior população do território são Jacobina (79,2 mil), Capim Grosso (26,5 mil) e Miguel Calmon (26,4 mil).

do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem o território’.

Muito embora reconheçamos e valorizemos os coletivos organizados, na perspectiva da pesquisa com os cotidianos que desejamos utilizar como inspiração epistemológica e movimento metodológico não podemos reduzir os agentes territoriais a “coletivos organizados”, circunscritos à definição de territorialidade pelo autor citado. Se assim procedermos, a rigidez desta categoria não vai nos permitir ver e valorizar as ações pequenas, os gestos políticos tênues que simbolizam contrariedades – como a pintura na parede da placa do táxi, simbolizando o domínio da vaga pelo motorista deste automóvel – e sinalizam para reações, os acordos discretos que, em seu conjunto, em diferentes situações, vão produzindo territorialidades e vão ‘informando’ das ‘qualidades políticas praticantes’ presentes nesse processo.

A territorialidade é aqui expressa concretamente como o conjunto das relações que os agentes territoriais que atuam no setor de transportes em Jacobina, Bahia – moto taxistas, taxistas, motoristas de vans e micro-ônibus, motoristas e cobradores de ônibus da Empresa Falcão Real (detentora legal do serviço de transportes pelo Estado, autorizado pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGER-BA²)), passageiros e representantes da Prefeitura local, além de policiais militares do Estado da Bahia, responsáveis pela fiscalização e controle do trecho que fica entre as cidades adjacentes da região – estabelecem entre si e com o espaço, apropriando-se dele através da representação simbólica e política, na busca de atingir seus objetivos em função de suas necessidades.

A TERRITORIALIDADE DIANTE DOS DESAFIOS DA QUALIDADE POLÍTICA: ALGUNS APONTAMENTOS

A qualidade política é, segundo Demo (2006, p.39), “[...] a habilidade humana de constituir-se sujeito

2 A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia é uma agência reguladora estadual do governo da Bahia.

relativamente autônomo, participar ativamente na democracia, efetivar cidadania individual e coletiva, ser capaz de conviver na igualdade e na diferença.” Na constituição da autonomia relativa do indivíduo e do grupo a que pertence, no quadro das determinações históricas no qual está inserido, é preciso ter desenvolvido um patamar basilar de compreensão e análise crítica coerente do contexto espacial em função das necessidades e aspirações individuais e do coletivo a que pertence, a fim de ter opinião própria, o que pode fortalecer a capacidade de decisão e o encaminhamento da luta em relação com o espaço, traçando estratégias e mobilizando recursos disponíveis ou ativando suas disposições diante das exigências do processo de territorialidade.

A participação ativa na democracia requer o fortalecimento de organizações institucionais – sindicatos, cooperativas, associações amplas e fortes de todo tipo – nas quais o indivíduo encontre possibilidade de expressão e compartilhamento de suas necessidades e aspirações, efetivando cidadania individual e coletiva. Ou seja: fora de um horizonte político-social de organizações de coletivos que representam os anseios de natureza material e simbólica dos indivíduos, a qualidade política da sociedade se deteriora a tal ponto que a pobreza política – ser impedido de ter e de ser – se manifesta predominantemente, como sintoma desse processo de impedimento em nossa sociedade. O homem faminto, isolado, vai, segundo Bakhtin (2002), desenvolver uma atividade mental que fortaleça a resignação, amplie sua vergonha e fique restrito ao lamento e ao protesto solitário, sem efeito político na sociedade.

[...] De maneira completamente diferente será experimentada a fome pelos membros de uma coletividade unida por vínculos materiais objetivos (batalhão de soldados, operários reunidos no interior da usina, trabalhadores numa grande propriedade agrícola de tipo capitalista, enfim toda uma classe social desde que nela tenha amadurecido a noção de “classe para si”). Nesse caso, dominarão na atividade mental as tonalidades do protesto ativo e seguro de si mesmo; não haverá lugar para uma mentalidade resignada e submissa. É aí que se encontra o terreno mais favorável para um desenvolvimento nítido e ideologicamente bem formado da atividade mental. (BAKHTIN, 2002, p.116)

Reconhecemos que a qualidade política da territorialidade depende de coletivos organizados que nasçam do mal-estar da exclusão e identifiquem as múltiplas causas de suas negações sociais, econômicas, culturais e políticas, possibilitando elaborar uma consciência individual e coletiva de enfrentamento a tais negações a partir da orientação social que a coletividade enseja em sua construção dinâmica da luta pelo espaço, constituindo territorialidades emancipatórias a partir de agentes territoriais também constituídos na dinâmica espacial, comprometidos com a coletividade que os constituem, o que requer, também, a capacidade de conviver na igualdade e na diferença, uma das exigências *sine qua non* da cidadania coletiva. Entretanto, essa construção lógica e histórica deixa de ver a história se fazendo no espaço miúdo e cotidiano no qual as mulheres e os homens fazem e significam suas existências. Nem sempre a coletividade se expressa em organizações institucionalmente reconhecidas, tais como sindicatos, associações, cooperativas etc. A própria coletividade pode ser um acontecimento, que é tecido, no jogo permanente de forças no qual a dominação não se sustenta apenas numa direção e num sentido, pois ela “se debilita, se distende, se envenena a si mesma, e outra que entra, mascarada. As forças em jogo na história não obedecem a um destino, a uma mecânica, mas efetivamente ao acaso da luta”. Foucault (2005 *apud* ANDRADE; CALDAS; ALVES, 2019, p.24). As forças em jogo são acionadas nas práticas cotidianas enfrentando-se e confrontando-se diante das contradições e dos percalços com suas invenções próprias, de corpo inteiro, e abrindo vãos por onde a territorialidade acontece na qualidade política que, partindo do conceito, sugere que pode ir muito além dele.

QUALIDADE POLÍTICA NA IGUALDADE E NA DIFERENÇA: O HOMEM POR TRÁS DO VOLANTE

Essa capacidade de conviver na igualdade e na diferença se constitui num desafio enorme e evidencia parte da complexidade para a qualidade política da territorialidade, diante do perfil predominante dos agentes territoriais que atuam na entrada da cidade de Jacobina: geralmente homens e de perfil heteros-

sexual. A partir de minha experiência como usuário do serviço de transporte local, como professor da UNEB que já trabalhou na maioria das cidades que compõem o Piemonte da Diamantina, percebemos que pouquíssimas mulheres atuam no transporte efetuado pelas “vans”. Entre os taxistas não há mulheres e, entre os moto-taxistas também são raríssimas. A única que conhecíamos pessoalmente morreu há aproximadamente, três anos. Em empresas oficiais de ônibus intermunicipal nunca percebemos uma. Sobre a situação de homossexuais declarados não temos elementos empíricos que assegurem afirmar sua existência, representatividade e participação no processo de territorialidade em torno dos transportes na entrada principal da cidade de Jacobina, Estado da Bahia.

A participação dos/as indivíduos nas coletividades organizadas também possibilita outra importante dimensão: a educativa, bem como o seu contrário. No processo de controle social intersubjetivo pode haver tanto a defesa e a valorização da diferença, gerando conteúdos emancipatórios, quanto sua desvalorização e exclusão por meio de diferentes saberes, procedimentos, comportamentos e atitudes individuais e coletivas, gerando, do mesmo modo, conteúdos que reforcem a invisibilização e o silenciamento daquelas e daqueles que estão fora das fronteiras simbólicas estabelecidas no espaço. Por isso precisamos entender com Demo (2006, p.59) que:

Em contrapartida, é visão linear tosca imaginar que politização signifique exclusivamente uma face positiva, boa, da ativação da esfera política, assim como qualidade política não pode ser propriedade da esquerda. Há direitas politicamente muito competentes, no sentido de saberem mobilizar-se com efetividade.

Nesse sentido, a territorialidade pode também constituir territórios nos quais as relações de poder reforcem a dominação masculina de natureza heterossexual, ensejando e reforçando simbolicamente uma identidade territorial que exclua as mulheres, os homossexuais e outros sujeitos sociais daquele processo cotidiano de organizar o espaço atrás de um volante, e/ou de outra condição de poder, definindo e limitando o acesso e a expressão a um espaço geográfico, além de controlar os agentes territoriais que vão exercer suas atividades nesse espaço, em uma

práxis distópica que invisibiliza e silencia aqueles e aquelas – a não ser na condição de passageiros³– que não detêm autoridade para entrar naquelas fronteiras bem delimitadas pelas relações de poder que naquele território se configuram.

UM ESFORÇO METODOLÓGICO PARA ENTENDER A QUALIDADE POLÍTICA DA TERRITORIALIDADE

Essas possibilidades emancipatórias e escravizantes da qualidade política nos desafia a um esforço metodológico (ANDRADE, ALVES, CALDAS, 2019)⁴ que prepara a nossa entrada no campo empírico: de ir além dos conceitos e estruturas teóricas e apreciar o sabor, os cheiros; ouvir os silêncios, as palavras e linguagens outras inventadas que codificam sentidos, dialetizam as experiências comuns da territorialidade e estabelecem estratégias “que astuciosamente jogam com as ‘ocasiões’ e que, por esses acontecimentos-armadilhas, lapsos da visibilidade, reintroduzem por toda a parte as opacidades da história.” (CERTEAU, 1994, p.173).

Nesse sentido, a qualidade política da territorialidade só pode ser captada embaixo do sol, esperando ao relento, na poeira e ao vento, indagando, entre as partidas e as chegadas, observando paciente o acontecimento dos trajetos, de cidade em cidade, criando e desenvolvendo dispositivos metodológicos que tragam as palavras empoeiradas e queimadas de sol, os sons e cheiros, as palavras sabidas de esperar e de esperar sabendo, reclamando criativamente em autorias que expressam ‘co-criações’ de passageiros atentos à paisagem de suas próprias existências enquanto circulam entre as cidades e caminham dentro destas, numa interlocução desarmada com ‘personagens conceituais’⁵ que vão sendo construídos inter-

subjetivamente, a partir dos ‘conhecimentos significações’ que os/as agentes territoriais elaboram na territorialidade permanente que os desafiam a praticá-la em seus cotidianos nos quais estão inseridos/as, a fim de garantirem sua reprodução social.

[...] para pesquisar com os cotidianos seus pesquisadores e pesquisadoras precisam muito mais do que afirmar o olhar – sentido hegemônico desde a modernidade. [...] Desse modo, os processos de pesquisa nessa corrente exigem olhar, mas também ouvir, tocar, cheirar, degustar tudo aquilo que aparecer em nossos caminhos.[...] Esta ideia exige, então, que para pesquisar com os cotidianos estejamos abertos e prontos a incorporar, interrogar, analisar, buscar compreender tudo o que nos chega, desses ‘espaçostempos’, nos seus tão diferentes acontecimentos através de todos os nossos sentidos. (ANDRADE, CALDAS, ALVES, 2019, p.23-24)

Esta perspectiva metodológica revela uma abordagem epistemológica na qual os fundamentos lógicos não estão acima dos fundamentos antropológicos, históricos e sociológicos. E na qual os fundamentos, eles mesmos, são profundamente questionados e revistos em seus princípios advindos da modernidade arrogantemente iluminista, e, a verdade, ela mesma, pode ser um acontecimento. Acontecimento porque não obedece a uma lógica dominante e excludente que delinea *a priori* os fundamentos e controla com rigor férreo as condições e os sujeitos que podem adentrar suas fronteiras bem delineadas de verdade de seu território do saber. Nesta opção epistemológica não é preciso ver para crer apenas, mas, sobretudo, crer para ver, para sentir o mundo através de todos os nossos sentidos possíveis em seus limites, abordando o outro em todas as suas potencialidades.

A pesquisa com os cotidianos nos sugere conceitos e estratégias operacionais, que apoiem o ponto de partida, mas que possamos ir além no ponto de chegada, exigidos para entender de modo implicado a qualidade política da territorialidade através das práticas cotidianas dos agentes territoriais compro-

3 A condição de passageiro também constitui um agente territorial. Certeau (1994) fala que o ato de caminhar é uma enunciação, um posicionamento político e ideológico. O modo como a pedestre atravessa a rua, na faixa ou fora dela, vagarosamente ou acelerada, são pronúncias. Os lugares que escolhem para sentar, para fumar, para beber, são enunciações que se pronunciam no espaço, exigindo reacomodação e exercendo territorialidades.

4 Esse esforço metodológico é inspirado nas contribuições de Nilda Alves, Nívea Andrade e Alessandra Nunes Caldas, em suas pesquisas com os cotidianos.

5 Ao invés de considerarmos, segundo Andrade, Alves e Caldas (2019) como fontes de informação, mas enquanto personagens conceitu-

ais, porque é o contato com quem faz e com quem pensa a territorialidade em suas práticas cotidianas que nos faz pensar e repensar nossas abordagens epistemológicas, teóricas e metodológicas. Precisamos de personagens conceituais para representarmos nossa apreensão sistemática da realidade. Desse modo, Carolina de Jesus, é uma personagem conceitual de seu próprio “Quarto de Despejo”.

metodos com suas próprias existências.

[...] pode-se enveredar por outro caminho: analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes da vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora. (CERTEAU, 1994, p. 174-175)

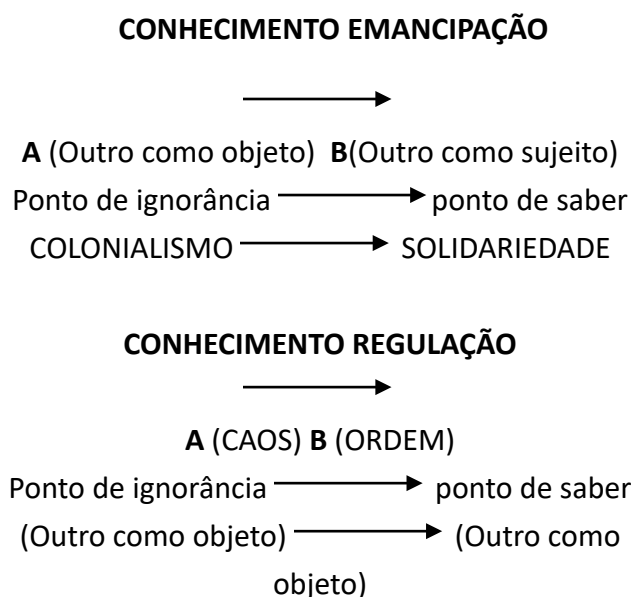
Os agentes territoriais não serão fontes, de quem retiraremos dados e informações, para elaborar, na solidão de nosso confortável *studio*, as verdades captadas pela “inteligência singular” deste autor. Nós mesmo nos consideramos um agente territorial, na condição de passageiro e transeunte que caminha, corre e pedala pela cidade, pronunciando-a. Eles e elas serão personagens conceituais, reflexos da opção epistemológica e da postura metodológica que se segue a partir da adoção dos cinco movimentos metodológicos sugeridos por Nilda Alves, Nívea Andrade e Alessandra Nunes Caldas (2019), que são: 1. O sentimento do mundo; 2. Ir sempre além do já sabido; 3. Criar novos ‘personagens conceituais’; 4. Narrar à vida e naturalizar a ciência, e; 5. *Ecce femina*. Esses movimentos são trabalhados a partir das ‘conversas’, que são o principal *locus* de trabalho e produção de ‘conhecimentos e significações’.

Buscamos, portanto, outras lógicas, outros “procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos)” que “jogam com a disciplina e não se conformam a ela a não ser para alterá-la” (CERTEAU, 1994, p.41). Encontrar ‘conhecimentos significações’ nos quais, por muito tempo, o conhecimento hegemônico só encontrou uma cultura ‘menor’, valorizada apenas quando morta, como o folclore tem sido classificado por uma localização no passado distante ou por seu exotismo vindo de lugares considerados distantes. Encontrar as ‘práticas teorias’ do que é comum e está em nossos cotidianos, se apresentando como necessidade. Indo além destas ‘práticas teorias’ tanto como buscamos ir além das ‘práticas teorias’ dos autores com os quais trabalhamos. (ANDRADE, CALDAS, ALVES, 2019, p.27)

Portanto, para captar a qualidade política dos movimentos ocultos, tênues, discretos, táticos, que procuram evitar a vigilância, que são constituintes da territorialidade, nenhum método por mais bem instrumentalizado que esteja, e nenhuma lógica, por mais densidade teórica que tenha, pode enxergar as invisibilidades, “a fala dos passos perdidos” que os passageiros como pedestres pronunciam (CERTEAU, 1994, p.176), ouvindo os silêncios, apreciando os odores e a poeira do Piemonte da Chapada Diamantina, que constituem permanentemente a territorialidade. Serão precisos ‘movimentos’ para ir além delas.

O PONTO DE CHEGADA DA QUALIDADE POLÍTICA DA TERRITORIALIDADE

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001), todo ato de conhecimento é uma trajetória de um ponto **A**, que designamos por ignorância, para um ponto **B**, que designamos por conhecimento. A partir das categorias emancipação/regulação ele compreende o conhecimento, conforme abaixo esquematizado:



Fonte: Santos, 2001.

Pretendemos que nosso ponto de chegada da qualidade política da territorialidade dos agentes territoriais que estão envolvidos nos serviços de transporte em Jacobina seja a solidariedade, e isso vai se tornando possível graças aos movimentos da pesquisa com

os cotidianos apresentados. Os nexos que os agentes territoriais estabelecem entre si e com o espaço na entrada da cidade de Jacobina permitindo-lhes um domínio e apropriação simbólica, a fim de possibilitar-lhes formas de reprodução social através dos serviços de transporte, tanto dentro da cidade quanto entre as cidades adjacentes, requer uma qualidade política que pode ser captada mais profundamente na co-criação de ‘personagens conceituais’ que produzem ‘conhecimentos significações’ constantemente, e não podem ser reduzidos a “fontes de informação”.

Se queremos transitar de um ponto de ignorância para um ponto de saber resguardando a qualidade política de nossa pesquisa, devemos entender que a habilidade humana de autonomia relativa, de ativa participação na democracia, da efetivação de cidadania individual e coletiva e capacidade de respeito às diferenças nas práticas territoriais dos agentes territoriais não pode ser captada por princípios, lógicas e instrumentos elaborados de cima para baixo, pois “[...] na lógica não mora ninguém. As pessoas moram em lugares concretos, tão concretos que, muitas vezes, pouco têm de lógico.” (DEMO, 2006, p.44). Há uma multiplicidade de maneiras das pessoas produzirem territorialidade. É preciso ser um agente territorial, viajar nas vans, micro-ônibus, ônibus, motos e táxis; é preciso esperar debaixo do sol, ‘conversar’

com outras e outros que aguardam para ir aprendendo o tempo da espera que a experiência ensina a suportar, identificando como, entre muitas maneiras, jeitos, modos, a qualidade política vai territorializando a existência ou como a territorialidade vai exigindo a qualificação política dos agentes territoriais.

A pesquisa com os cotidianos se encontra com a distinção simples que Tomaz Tadeu da Silva (2011) faz entre teoria e discurso. A teoria como descoberta de uma verdade preexistente e o discurso como criação de uma verdade, como autoria do cientista. Andrade, Caldas e Alves (2019) avançam ainda mais porque instauram a interlocução, rejeitando a condição dos sujeitos da pesquisa como fontes de informação e de saber e ampliando com Deleuze e Guattari para “personagens conceituais”. A questão da solidariedade na co-criação dos conhecimentos significações também é outro indicador de um ponto de chegada da qualidade política da territorialidade, do ponto de vista conceitual. Os pesquisadores e as pesquisadoras não estão acima dos demais agentes territoriais. Todas e todos produzem saberes da experiência de maneiras diversas, e isso é reconhecido numa epistemologia implicada com o cuidado ético e respeitoso que envolve a pesquisa, na perspectiva de uma amorosidade freiriana que caracteriza o coração de uma ‘pesquisa-emancipação’ e abre novos caminhos para a investigação científica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nívea; CALDAS, Alessandra Nunes.; ALVES, Nilda. Os movimentos necessários às pesquisas com os cotidianos. Após muitas ‘conversas’ acerca deles. *In. Estudos do cotidiano, currículo e formação docente: questões metodológicas, políticas e epistemológicas*. Inês Barbosa de Oliveira, Leonardo Ferreira Peixoto, Maria Luiza Sússekind (organizadores) – Curitiba: CRV, 2019.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 9. Ed. Tradução: Michel Laud; Yara Frateschi Vieira. Colaboração: Lúcia Teixeira Wisnik; Carlos Henrique D. Chagas Cruz. São Paulo: Editora Hucitec/Annablume, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. Fragmentos de um dicionário político. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Posfácio: Celso Lafer. 22. Ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COELHO NETO, Agripino S. Territorialidade: uma proposição teórico-conceitual. In Ivonete B. Amorim, Ana Margarete G. da SILVA e Selma D. de CASTRO. (ORGS.). **Educação, territorialidade e formação docente**: contextualizando pesquisas. Curitiba: CRV, 2016.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: Contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2011.